

# EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS EDUCATIVO-CULTURAIS PARA O RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Alana Beatriz do Carmo Santos<sup>1</sup>

Orientadora: Maria Fernanda dos Santos Alencar<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo analisar como as práticas educativa-culturais do CEPA são utilizadas como mecanismo de inclusão e reconhecimento identitário das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Para isso, optamos pela pesquisa qualitativa para que assim nossos resultados possam possibilitar a compreensão das questões centrais desta pesquisa. Nossos resultados apontam que o CEPA, através de seu viés formativo no trabalho do respeito mútuo, contribui, de forma significativa, para inclusão de crianças e adolescentes na compreensão de si e do próximo, possibilitando o processo de inclusão social.

**Palavras-chave:** Educação popular. Práticas educativo-culturais. Inclusão social

**DATA DA APROVAÇÃO:** 22/12/2023

## 1 INTRODUÇÃO

A educação e o bem-estar de crianças e adolescentes é um direito dado por lei que deve ser garantido pelo Estado e pela família como traz a Lei 8069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente por meio do seu Artigo 227:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão (Brasil, 1990).

Esta lei tem por finalidade assegurar a criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Porém, sabemos que a realidade da nossa sociedade não se configura dessa maneira, visto que é extremamente preocupante a quantidade de crianças e de adolescentes em situação de vulnerabilidade social, tornando-os excluídos da sociedade. Diante disso, a educação popular se destaca nesse cenário como meio para inclusão social e valorização das individualidades do

---

<sup>1</sup>Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE-CAA)

E-mail: [alana.beatriz@ufpe.br](mailto:alana.beatriz@ufpe.br)

<sup>2</sup>Professora da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru/PE, Brasil

E-mail: [fernanda.alencar@ufpe.br](mailto:fernanda.alencar@ufpe.br)

povo, possibilitando assim, o reconhecimento identitário, que resgata o sentimento de pertencimento. Por identidade, destaca-se sua ligação à linguagem e a cultura uma vez que a identidade é composta por práticas sociais e discursivas inerentes aos indivíduos. Ao falarmos sobre identidade, esta pode ser compreendida como o conjunto de características de um determinado grupo. Nesse sentido, Hall (2004) destaca a pluralidade identitária dos indivíduos (gênero, sexualidade, raça, etnia, etc.) pertencentes a esses grupos. Acrescentando esse autor que a identidade se trata de um elemento socialmente atribuído e construído historicamente. Por isso, não é algo fixo e/ou homogêneo, pois está em constante construção, sendo passível a mudanças.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu”. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (Hall, 2004, p. 12-13).

Nesse sentido, compreende-se que a identidade é algo mutável, pois vai se transformando na medida em que se alteram os contextos sociais onde estão inseridos os indivíduos, além disso, vale ressaltar que um mesmo indivíduo pode identificar-se com diferentes identidades ao longo de sua vida. A partir disso, nota-se que é um processo em constante construção e transformação. Portanto, ao falarmos sobre identidade e pertencimento, nota-se que são conceitos que caracterizam um processo que não é fixo, pois ao longo de sua história, um mesmo indivíduo está passível a mudanças de acordo com as decisões que toma, como afirma Bauman (2005) quando diz que tanto pertencimento quanto identidade são fatores mutáveis que se modificam a partir das experiências dos indivíduos.

Ao assumir sua identidade, o sujeito se faz pertencente a diferentes grupos, e esse sentimento de pertencimento é responsável pela integração do sujeito. Assim, como diz Louro:

Essas múltiplas e distintas identidades constituem o sujeito, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. Reconhecer-se numa identidade supõe, pois, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (Louro, 2000, p. 12).

Dada a importância da construção e do reconhecimento identitário dos sujeitos, a educação popular assume um importante papel nesse quesito, atuando de forma a considerar o contexto cultural de cada indivíduo, oferecendo práticas que viabilizam o reconhecimento dessas pluralidades.

Nessa perspectiva, a educação popular constitui-se como uma filosofia da educação; uma pedagogia; uma *práxis* um campo de saberes e práticas que tem como fundamentação principal a valorização dos saberes do povo a partir de suas realidades culturais para construção de novos saberes, que envolvem um olhar crítico possibilitando o desenvolvimento da comunidade em que o educando está inserido. Ou seja, sua principal característica é a utilização do saber desenvolvido pelas pessoas para o processo de aprendizagem escolar. A educação popular se configura como um ato de reconhecimento e transformação social que através da construção, apropriação e transformação do conhecimento contribui para o desenvolvimento da visão crítica do meio em que se vive, para que os educandos possam intervir na comunidade/sociedade a qual estão inseridos. Neste sentido, conforme Brandão (2017), a educação popular é uma educação libertadora que através de lógicas políticas e éticas promovem as relações sociais. A partir disso, instituições como o Centro de Educação Popular Assunção (CEPA), a partir de práticas educativas culturais, buscam contribuir na superação de realidades que desumanizam e destroem a dignidade e a esperança de vida de crianças e adolescentes.

O CEPA – Centro de Educação Popular Assunção está localizado na Vila Padre Inácio em Caruaru-PE, oferece uma educação popular marcada pelos seus princípios éticos que tem por finalidade cooperar com o desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que possa comprometer sua sobrevivência e dignidade. É esperado que através do viés formativo, os participantes do projeto social do CEPA desenvolvam uma percepção e consciência de seus direitos básicos e também se expressem nas atividades artísticas culturais. O CEPA tem como eixos estruturantes de sua prática pedagógica a valorização das relações pessoais, através do respeito e da humanização das relações, sejam elas sociais ou pedagógicas, buscando o incentivo à autonomia dos sujeitos beneficiados.

Partimos do pressuposto de que as práticas educativo-culturais do CEPA sejam de grande ajuda para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade visto que a formação desenvolvida, partindo da cultura e realidade vivenciadas, pode transformar a vida de crianças e adolescentes que necessitam de ajuda, pois é essencial que esses se sintam ajudados e

acolhidos para que passem a ter um pleno desenvolvimento e se auto reconheçam como sujeitos de direitos.

Como relevância pessoal, a presente pesquisa nos permitiu compreender como a educação popular, através das práticas educativo-culturais contribui para a população de forma inclusiva, visto a falha do sistema educacional convencional. Como relevância profissional, a pesquisa nos permitiu um novo olhar sobre a necessidade da educação popular e de práticas pedagógicas que possibilitam a valorização de diferentes culturas, permitindo um lugar de pertencimento e reconhecimento identitário. E como relevância acadêmica, pode-se obter, através da pesquisa, maior aproximação com a educação popular e sua *práxis*, o que contribuiu, de forma significativa, para nossa formação como educadores.

Neste sentido, a principal característica que nos levou a escolher esta experiência foi os incríveis projetos educativos culturais criados pelo CEPA para auxiliar no enfrentamento e superação de questões públicas/comunitárias. O CEPA, através da música, teatro, capoeira, informática, dança entre outras atividades culturais possibilitou que crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade encontrem na arte e na cultura um novo caminho no qual possam reconhecer sua identidade e seu papel como atores sociais.

Diante do papel que ocupa o CEPA como instituição que desenvolve um processo de formação que parte das realidades vivenciadas, considerando a arte e a cultura como caminho, nos questionamos: De que forma as práticas educativo-culturais do CEPA são utilizadas como instrumento de inclusão e reconhecimento identitário de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade?

Assim, temos como objetivo geral analisar como as práticas educativo-culturais do CEPA são utilizadas como mecanismo de inclusão e reconhecimento identitário das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Para isso, os objetivos específicos foram: 1. identificar quais são as práticas educativo-culturais utilizadas pelo CEPA. 2. Verificar se as práticas educativo-culturais desenvolvidas pelo CEPA se articulam aos fundamentos da educação popular.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A fundamentação teórica que enseja este trabalho desenvolve-se a partir do estudo de três categorias teóricas importantes ao desenvolvimento e atendimento aos objetivos desta pesquisa: 1. Educação Popular; 2. Práticas educativo-culturais; 3. Inclusão Social

## 2.1 A EDUCAÇÃO POPULAR

De acordo com Brandão (2017), a Educação Popular não está presente apenas no ambiente escolar, para além disso parece resistir ao sistema de educação formal. Isso porque

a educação popular não parece ser um modelo único e paralelo de prática pedagógica, mas um domínio de ideias e práticas regido pela diferença, para explorar o próprio sentido da educação, através de percorrer os diferentes modos de seu ser como educação popular" (Brandão, p. 6, 2017).

Ou seja, a Educação Popular acontece também em outros ambientes que não seja a escola tradicional, trabalhando a educação considerando as diferenças, pois, cada indivíduo carrega consigo uma bagagem cultural que pode ser compartilhada e através dessa troca de saberes, todos aprendemos sobre o outro e sobre nós mesmos.

Corroborando esse pensamento, Pini (2012) nos diz que:

A Educação Popular como práxis sociais é compreendida como aquela que não está institucionalizada, ocorre dentro e com os grupos populares; é determinada pela realidade e sua perspectiva é histórica. Desenvolve-se na sociedade para se contrapor ao projeto educacional dominante. Por isso, é adotada em diferentes contextos, principalmente pelos movimentos sociais do campo e da cidade (2012, p. 1).

Com isso, reforçamos a ideia de que a Educação Popular vai além da estrutura escolar tradicional, sendo inclusive mais explorada fora dela. Isso porque é comum que os ambientes dos movimentos sociais explorem mais veementemente as realidades sociais de cada indivíduo e de suas comunidades. Compreendemos, portanto, que outros espaços tais como a família, o trabalho e também os movimentos sociais e instituições não governamentais têm uma grande importância para a educação, pois as trocas de conhecimentos são diversas e, portanto, ampliadas nesses espaços.

Maciel (2011, p. 328) traz importantes considerações no que diz respeito às classes sociais as quais compõem a grande maioria dos indivíduos presentes nos movimentos sociais e que conseqüentemente participam da educação popular, quando nos diz que:

É fato que a educação popular se configura e reconfigura como algo próprio à história da Educação, porém, pelo seu viés de atuação com as classes populares, não têm tido a relevância necessária por estar dirigida aos sujeitos excluídos do processo educativo, não tendo aparecido como área do conhecimento de importância primordial em Universidades.

Dessa maneira, compreendemos que a Educação Popular não tem tido grande visibilidade e relevância tanto por ser composta por indivíduos considerados excluídos da educação, quanto por esse não ser um tema muito propagado. Portanto, temos a

responsabilidade de dar mais visibilidade e contribuir para a propagação da referida temática a fim de contribuir para as melhorias da Educação Popular, assim como nos incentiva Maciel (2011, p. 328) ao dizer que:

[...] entender as classes populares como detentoras de um saber não valorizado e excluídas do conhecimento historicamente acumulado pela sociedade, nos mostra a relevância de se construir uma educação a partir do conhecimento do povo e com o povo provocando uma leitura da realidade na ótica do oprimido, que ultrapasse as fronteiras das letras e se constitui nas relações históricas e sociais. Nesse sentido, o oprimido deve sair desta condição de opressão a partir da fomentação da consciência de classe oprimida.

Neste sentido, compreendemos a importância de tornar mais conhecida a educação popular e investigar processos de formação que contemplem a participação de instituições que considerem o conhecimento do povo, porque valoriza uma educação que vai além dos muros da escola tradicional e se constitui através das trocas culturais das pessoas no processo envolvido.

## **2.2 PRÁTICAS EDUCATIVO-CULTURAIS**

As práticas educativo-culturais visam fortalecer o ensino e aprendizagem através das diferentes culturas para estimular a autoestima de grupos sociais minoritários ou excluídos; educar para o respeito à diversidade, à diferença, além de ensinar a exercer a democracia e enfatizar ações e discursos que problematizem e diminuam as manifestações de racismo, discriminação, opressão e autoritarismo vivenciados em nosso dia a dia. Segundo Dourado:

As práticas educativas e culturais”, modalidades que não se restringiam à escola ou à família, por serem manifestas em todos os contextos e âmbitos do viver social. A essa prática de aquisição, troca e circulação de saberes confere como uma modalidade específica de educação, denominada informal. Isto porque é uma prática de aprendizado obtido de maneira muitas vezes dispersa, não intencional e nem institucional; porém realizada nas dimensões social, cultural e política. Tal modalidade de transmissão e captação de saberes muitas vezes se realiza de forma imperceptível, quase invisível aos olhos daqueles que consideram que a transmissão de saberes somente poderia ocorrer no âmbito da escolarização (Dourado, 2014, p.137).

Desse modo, os educadores podem proporcionar troca de saberes sobre os diferentes contextos e manifestações culturais ao desenvolverem suas práticas considerando as culturas dos estudantes em suas salas de aula. Assim, há interação e apontam interesses em aprender e

valorizar afirmativamente outras culturas, promovendo um processo de socialização em que cada cultura deve ser compreendida e vista, proporcionando um ambiente escolar, inclusivo e prazeroso e certamente formando uma nova perspectiva de como se faz o aprendizado. Assim, as práticas educativo-culturais assumem uma relação de diálogo, considerando as vivências dos sujeitos dentro dos processos educativos. Segundo Fonseca:

[...] “maneiras de fazer” cotidianas dos sujeitos históricos, relacionadas social e culturalmente, na construção de seus espaços, suas posições e suas identidades. Analisadas como práticas culturais, as práticas educativas também implicam o estabelecimento de estratégias, entendidas de forma genérica como os movimentos de elaboração/execução das práticas [...] e a ideia de estratégia para qualificar práticas educativas como ações de grupos ou de indivíduos, de diferentes segmentos, relacionadas com as diversas esferas diferenciadas de poder, institucionalizado ou não [...] (Fonseca, 2009, p.10-11).

Ainda, é importante destacar que as relações entre educação e cultura não podem ser compreendidas como dois polos separados, mas como um universo entrelaçado, como uma teia tecida no cotidiano, com fios e nós articulados. Neste sentido, ajudar os indivíduos a compreender e investigar como os referenciais teóricos educacionais implicam na construção de determinados conhecimentos e relacionar com as vivências e singularidades de cada indivíduo é essencial para eficácia da aprendizagem a partir das práticas educativo-culturais, trazendo um importante movimento a partir dessas experiências. Segundo Dourado:

Suporte intelectual valiosos para se pensar os indivíduos e grupos sociais no que diz respeito às práticas educativas, aos saberes, fazeres, às adaptações culturais, ao comportamento e à civilidade e, também, à invenção do cotidiano do homem comum, ambos interessados no entrecruzamento de tradições culturais, cultura material e movimentos de assimilação, estratégias de sobrevivências e apropriação mútua de saberes e fazeres, portanto, aspectos revelados nos movimentos que envolvem pessoas comuns a partir de realidades vivenciadas no cotidiano das espacialidades e temporalidades (Dourado, 2014, p.139).

Diante do exposto, fica evidente que as práticas educativo-culturais nutrem o processo educacional para formar pessoas e consciência, fazendo com que os indivíduos se sintam representados e se reconheçam como sujeitos culturais capazes de respeitar as diferenças, lutar por igualdade, exercer a democracia e tomar seu lugar de direito na esfera social como ator cultural de sua própria realidade.

### **2.3 INCLUSÃO SOCIAL**

A inclusão social pode ser definida basicamente como um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão de indivíduos na sociedade. Essa exclusão pode ser provocada por diferenças de classe social; pela cor da pele; pela orientação sexual; gênero; ou também por alguma deficiência, seja ela física ou mental. Com base nisso, a inclusão social é uma forma de instigar, na sociedade, o abandono de comportamentos preconceituosos, independente da situação. Ou seja, a inclusão social atua na contramão do preconceito e da discriminação. A partir disso, a inclusão social pode ser apresentada como a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, compartilhando com pessoas diferentes de nós, pois, inclusão é uma questão moral, como traz Gomes (2018, p. 35) “A inclusão social passou a discutir a questão da maior ou menor dependência de outrem aos rendimentos e/ou seus valores, a qualificação social ou não, à solidez e/ou degradação moral, à territorialização e posse ou não da terra”.

A inclusão social pode também ser vista como o processo de adaptação da sociedade para poder incluir os indivíduos excluídos em seus sistemas gerais para que esses possam, seguramente, assumir seus papéis na sociedade e se auto-reconheçam como sujeitos de direitos, para que assim possam reivindicá-los.

Neste sentido, inclusão social não é apenas um conjunto de ações, mas sim um processo dinâmico que deve ser levado à prática, construindo mudanças verdadeiras no meio social, permitindo a conquista de espaços.

A inclusão social é a ação cotidiana de pessoas concretas e precisa ser tomada na dimensão política, como um processo no qual os sujeitos sociais articulam sua ação. Na medida em que a ação cotidiana direciona as escolhas não apenas em função de uma inclinação pessoal, mas considerando a dimensão do todo – a necessidade de garantir a existência das pessoas e de todas as formas de vida – ela se torna inclusiva, tendendo, como decorrência, à maior simetria (Revista Brasileira de Bioética – SBB, p. 129).

A inclusão social no contexto educacional permite a quebra de estigmas e preconceitos enraizados na nossa sociedade, além de inserir o sujeito em um meio social mais amplo, que possibilite o avanço da verdadeira integração social.

A escola, per se, deve propiciar ao aluno condições que lhe possibilitem a construção de projeto existencial, fruto de reflexão crítica e consciente, pautada por valores morais, bioéticos e religiosos, para que ele tenha compreensão do mundo que se coaduna com o objetivo social comum de crescimento, liberação das condições de subsistência e construção de um mundo melhor (Queiroz, 2012, p. 127).

Os objetivos pautados sobre a inclusão social inseridos no contexto educacional não podem ser estáticos nem superficiais, devem ser construídos a partir de experiências vivenciadas pelos próprios indivíduos, pois esses conhecendo melhor a realidade do seu meio de convívio, terão maior sentido de reflexão, construindo em conjunto um espaço democrático, pois ainda segundo Queiroz:

Entende-se a democratização como processo sociopolítico que se caracteriza pela igualdade de todos os membros de um grupo ou comunidade social e política para participar com lealdade e honestidade das funções políticas e gozar objetivamente e com justiça dos serviços públicos. Só assim, serão superados tensões e conflitos políticos e sociais, mediante a participação autônoma e solidária, promovendo a justiça social (2012, p. 129).

Portanto, diante do exposto, é importante salientar que na presente pesquisa trabalharemos a inclusão social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a partir das práticas educativo-culturais do CEPA (Centro de Educação Popular Assunção), visto que essas práticas são de grande benefício para a sociedade e principalmente para as crianças e adolescentes.

### **3 CAMINHO METODOLÓGICO**

O nosso exercício de pesquisa é do tipo exploratório e descritivo. Exploratório porque buscamos analisar as práticas educativas culturais do CEPA, sua história, lutas e conquistas para que através da familiaridade com a temática, possamos aprimorar nossas ideias, vivências e experiências. Segundo Selltiz et al (1967) *apud* Gil (2002):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão"(SELLTIZ et al., 1967, p. 63 *apud* GIL 2002, p. 41).

É também descritiva, pois "a pesquisa descritiva requer do investigador um conjunto de informações sobre o que (objeto e objetivo) deseja pesquisar, esse tipo de estudo objetiva descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade" (Triviños, 1987; Oliveira, 1999). No

nosso caso, o exercício de pesquisa é do tipo descritivo, pois, buscamos trazer um registro do que ocorreu no campo de pesquisa e do que foi compreendido por nossas descrições. Nessas descrições estão detalhados os locais, eventos especiais e atividades desenvolvidas pelo CEPA, assim como trazer fragmentos de diálogos e nossa percepção e entendimento enquanto observadores.

Para fins desta investigação, utilizamos a técnica de Análise de Conteúdo, enquanto um primeiro exercício de aproximação metodológica.

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento dos dados coletados para interpretar o material qualitativo, garantindo uma descrição objetiva, sistemática e apresentando riqueza no momento da coleta. Segundo Bardin (2011, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Ainda, para a autora a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das informações que usa processos sistemáticos e objetivos de exposição do conteúdo das mensagens.

Esta pesquisa foi realizada por meio dos Diálogos Remotos<sup>3</sup> que aconteceram via plataforma Google Meet, contando com a participação dos representantes da organização pesquisada: o CEPA. No primeiro momento do diálogo, os representantes falaram sobre suas experiências e práticas educativas e num segundo momento responderam os questionamentos feitos por nós de modo a auxiliar na compreensão dos objetivos de pesquisa trabalhados.

Participaram das respostas aos questionamentos as coordenadoras pedagógicas do Centro de Educação Popular Assunção, as professoras Delma e Aline.

## **4 DIÁLOGO COM OS RESULTADOS DA PESQUISA**

### **4.1 AS PRÁTICAS EDUCATIVO-CULTURAIS DO CEPA FUNDAMENTADAS NA EDUCAÇÃO POPULAR.**

Os fundamentos pedagógicos e filosóficos do (CEPA) estão enraizados na educação popular inspirada em Paulo Freire que compreende que todos são produtores de conhecimento, reconhece que a formação de cada educando importa, o respeito a cultura, o saber popular, os

---

<sup>3</sup> Os Diálogos Remotos fizeram parte de uma atividade pedagógica realizada por três disciplinas do Curso de Licenciatura em Pedagogia: Movimentos Sociais e Educação, Pesquisa e Prática Pedagógica 2 e Estágio Supervisionado 4-Movimentos Sociais, cujos debates e temáticas foram também estudados na disciplina Fundamentos e Processos da Educação Popular por sua aproximação quanto aos conteúdos vivenciados.

valores e as habilidades pessoais que cada um traz consigo, além de respeitar o ser humano como pessoa produtora de cultura e histórias. Ademais, a educação popular visa tornar o sujeito "participante ativo na transformação do mundo e da sua história, construir seres autônomos e capazes na responsabilidade singular de uma organização coletiva em prol de um projeto de sociedade, que tenha como eixo central o ser humano" (Maciel, 2011, p. 339).

Ainda, quanto a pedagogia que tem como base a formação do ser humano, a assistente técnica da coordenação do (CEPA), diz:

É uma instituição de uma pedagogia belíssima, pautada totalmente em Freire e é uma pedagogia que aproxima as pessoas, sabe que ver o ser humano por completo na sua existência do ser verdadeiro, ser humano. E não acolhe só os educandos, mas também as famílias se preocupam com o todo e o que me chama atenção no (CEPA) é a forma bonita de trabalhar a preocupação na formação dos jovens (Assistente Técnica-Aline, Diálogos Remotos: 23/03/22).

Além disso, na educação popular acredita-se que uma sociedade justa e democrática só pode ser alcançada se as classes oprimidas e discriminadas estiverem cientes de suas condições de vida e das causas profundas dos problemas que as afetam. Assim, é de extrema importância como diz Maciel (2001, p. 338) que "os indivíduos excluídos adquirissem a capacidade de compreender o funcionamento da sociedade na qual se encontram, compreender sua localização nesta e promover uma postura criticamente consciente a partir do reconhecimento e da conscientização." Nesse sentido, a coordenadora Delma diz que:

Todo o pensamento e toda a construção da educação popular são voltados justamente para essas camadas populares com o objetivo de dar a essas pessoas autonomia, conhecimento crítico da realidade. Fazer com que as pessoas se reconheçam, pois, muitas vezes as pessoas não se reconhecem como são e nem onde estão e esse é um ponto fundamental para que você consiga vencer, superar realidades se enxergando com essa potencialidade, com essa condição de poder, pois o poder também está conosco (Coordenadora Delma, Diálogos Remotos: 23/03/22).

Outrossim, o CEPA busca a partir de suas práticas educativas produzirem uma educação a partir do conhecimento da população junto a ela para que a partir das dimensões sociais, culturais e políticas da população envolvida, possa ser provocado uma troca e circulação de saberes que fortalecem o desenvolvimento do ensino e aprendizagem como nos ensina Dourado.

às práticas educativas, aos saberes, fazeres [...] invenção do cotidiano do homem comum, ambos interessados no entrecruzamento de tradições

culturais, revelados nos movimentos que envolvem pessoas comuns a partir de realidades vivenciadas no cotidiano das espacialidades (2014, p.139).

Desse modo, as práticas educativo-culturais do (CEPA) através da educação infantil, cursos de informática e as oficinas de teatro, dança e capoeira buscam formar o ser humano crítico, empoderado, com autonomia, que consegue reconhecer sua potencialidade e sua posição de poder para conseguir lutar por seus direitos, vontades e deveres. Essas atividades buscam propiciar a formação das pessoas como sujeitos e cidadãos, conforme explica a coordenadora pedagógica do CEPA.

A prática pedagógica tanto na educação infantil como nas oficinas ela se volta muito para a formação da pessoa, do sujeito a formação humana. Para fazer com que essa pessoa se entenda como cidadão, cidadã. Se reconheça com suas identidades, se reconheça naquele espaço que ocupa e se reconheça com competências e direitos que precisam ser respeitados (coordenadora Delma, Diálogos Remotos: 23/03/22).

Diante de tudo que foi exposto, fica evidente que as práticas educativo-culturais do CEPA estão voltadas para a formação do ser e não para a formação acadêmica, pois a instituição busca a partir de projetos culturais, diálogos, escuta, sensibilidade, um cuidado e cumplicidade com as famílias e com os educandos para proporcionar um fortalecimento do sujeito com seus saberes próprios, suas culturas e suas histórias que podem ser ampliados para construção e transformação social.

#### **4.2 PROCESSOS QUE POSSIBILITAM A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.**

As práticas do CEPA atuam incluindo entre outras características o respeito e a valorização identitária do indivíduo, contribuindo em sua integralização social como sujeito de direito que exerce um papel importante e autônomo na sociedade. A partir de seus métodos de valorização identitária, o CEPA promove o acolhimento dos indivíduos reforçando a importância do reconhecimento de suas identidades, gerando assim, um sentimento de pertencimento a um grupo social de referência, permitindo a tomada de consciência acerca de suas potencialidades de enfrentamento da discriminação.

[...] é uma forma de a gente ajudar a comunidade a fazer uma leitura da realidade de uma forma crítica nessa situação conhecerem suas intensidades se reconhecerem como sujeito de direitos e reconhecer nessa comunidade por

toda essa gama de discriminação, mas com potencialidades e possibilidades de enfrentamento e superação dessas dificuldades (Coordenadora Delma, Diálogos Remotos: 23/03/2022).

Sendo assim, observamos a importância do reconhecimento do indivíduo em sua comunidade que contribui para gerar o sentimento de pertencimento. Ao falarmos sobre identidade e pertencimento, nota-se que não se tratam de conceitos imutáveis e fixos, pois ao longo de sua história o indivíduo está passível a identificar-se com diferentes identidades, haja vista a pluralidade identitária que marca a nossa sociedade. Como afirma Bauman:

[...] o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis [...] as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (Bauman, 2005, p. 17-18).

Nessa perspectiva, dada a importância da identidade para a constituição do sujeito como ser social, destaca-se a relevância do reconhecimento identitário nesse processo de integração social e pertencimento desses grupos na luta contra a padronização e cultura hegemônica imposta historicamente pela nossa sociedade, na desconstrução de dogmas enraizados por ideologias arcaicas e na formação da plena consciência de si mesmo como sujeito de direito.

Não é justo que alguns indivíduos ou grupos vejam negado seu status de plenos parceiros na interação social simplesmente em consequência de padrões institucionalizados de valor cultural de cuja construção não participam com igualdade e que menosprezam suas características distintivas ou as características distintivas a eles atribuídas (Bauman, 2003, p. 72-73).

A efetivação do reconhecimento identitário se dá a partir da relação do sujeito com o coletivo. Em outras palavras, dos processos de interação dos indivíduos com os grupos sociais dos quais são pertencentes, ou seja, com a coletividade. Essa interação entre os sujeitos é responsável por promover a constituição de uma sociedade multicultural que valoriza e reconhece a pluralidade identitária presente em nossa modernidade.

As interações acontecem entre indivíduos, mas os indivíduos também representam – em termos sociológicos - coletividades diferentes e, muitas vezes, múltiplas que se estão expressando por meio das interações. É claro que as interações entre as coletividades envolvem igualmente atores representativos, como, por exemplo, diplomatas ou soldados em batalha. Por conseguinte, a estrutura social e a interação estão intimamente associadas, e também afetam reciprocamente uma a outra (novamente) no tempo. Trata-se de uma concepção temporal não só da interação, mas também da própria

estrutura, sendo esta última moldada pelos atores por meio da interação (Strauss, 1999, p. 27).

Diante do exposto, compreende-se a relevância do reconhecimento e valorização da pluralidade identitária nos processos de engajamento, socialização e pertencimento dos indivíduos para que os mesmos se tornem sujeitos de direitos. Além disso, o reconhecimento identitário é essencial na luta contra a segregação das culturas ditas minoritárias para a efetivação de uma sociedade justa e democrática e concretização de um efetivo exercício da cidadania.

Nesse sentido, o CEPA atua de maneira a incluir em suas práticas os mecanismos necessários para promover a valorização e reconhecimento identitário, entre elas podemos destacar projetos que se preocupam com o resgate da autoestima e confiança do indivíduo, permitindo o engajamento e efetivação de sua autonomia. Com isso, o indivíduo alcança seu espaço na sociedade, pois, por meio desses projetos, as pessoas desenvolvem suas capacidades de expressão e socialização.

Ao potencializar os mecanismos de valorização identitária, o CEPA ajuda os sujeitos no enfrentamento das dificuldades impostas pela sociedade hegemônica que concebe a padronização, gerando a segregação e discriminação de determinados grupos a partir de suas diferenças. Com base nisso, é feito todo um trabalho dialógico que visa garantir que as pessoas ali inseridas se sintam acolhidas e representadas nas mais diversas esferas sociais, fazendo com que possam recuperar sua autoestima e confiança por meio da valorização de seus traços, conforme expõe a coordenadora pedagógica do CEPA.

Então esse trabalho inicial é levado de uma forma muito intensa para ajudar essas crianças a terem esse reconhecimento e alimentar a sua autoestima. Vão ajudar essas crianças a terem uma certa conduta de autonomia né, capaz de se expressar no grupo, ele realmente essa condição e não ter vergonha porque esse também é um traço que elas trazem (Coordenado Delma, Diálogos Remotos: 23/032022).

Portanto, a partir desses projetos que buscam trabalhar a autoestima e engajamento do coletivo, é notório a relevância do CEPA como um espaço privilegiado para a construção identitária do indivíduo, pois, é através das práticas que visam a potencialização do reconhecimento e valorização de sua identidade que o mesmo pode compreender a importância da valorização de seus traços e suas especificidades, reconhecer seus direitos, adquirir sua autonomia e constituir-se como sujeito integral, passível ao pleno exercício da cidadania.

### **4.3 CONDIÇÕES QUE PROPICIAM A INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.**

A educação popular está centrada numa epistemologia baseada no senso comum e nos conhecimentos adquiridos pelo povo em sua prática cotidiana, mas também é necessário o desenvolvimento de um senso crítico para que essas pessoas desenvolvam um raciocínio mais rigoroso e unitário. E assim, possam combater problemas e dificuldades do seu meio social, como a exclusão social.

[...] a educação popular hoje se constitui num mosaico de teorias e de práticas. Mas elas têm em comum, nas diversas partes do mundo, o compromisso com os mais pobres, portanto com a emancipação humana. São perspectivas razoáveis, sérias, fundamentadas, cotejadas constantemente com a dureza dos fatos. Todas refletem uma recusa à educação do colonizador (Gadotti, 2007, p.25).

Os princípios pedagógicos e educativos do CEPA estão pautados numa educação popular, igualitária e inclusiva que se configuram com uma filosofia humanizadora a partir de princípios de acolhimento e cuidado com o próximo. Além disso, o CEPA possibilita a inclusão social de crianças e adolescentes a partir de um processo de fortalecimento identitário, trabalho esse que é realizado a partir de práticas educativas que promovem aos educandos possibilidades de enfrentamento de desigualdades e discriminação presentes na sociedade.

Pois, como afirma Gomes (2018, p.36), "a inclusão social implica na conquista do espaço social mediante as interações que se estabelecem no interior dos grupos sociais por meio de uma participação real das pessoas como membros ativos e produtivos da sociedade". E é nesse sentido que a educação popular possibilita o desenvolvimento da comunidade a qual o educando está inserido, através das relações sociais, que desenvolvam um olhar crítico para o reconhecimento de suas individualidades. Assim, podem promover a inclusão social, pois, através do desenvolvimento desse "olhar crítico" os mesmos poderão melhor compreender e intervir em problemas da sua comunidade, por meio de lógicas políticas e éticas.

A inclusão social se caracteriza como um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão de indivíduos em sociedade, exclusão essa provocada por preconceito e/ou discriminação, seja estes ocasionados por vários motivos; e o CEPA, visa trabalhar não só a inclusão social desses indivíduos como a valorização de suas diferenças, valorização da individualidade da cultura e dos conhecimentos de todas as crianças e adolescentes que participam das atividades pedagógicas do CEPA, visto que o centro e suas atividades pedagógicas estão voltadas para a educação popular.

Nosso objetivo é fazer com que todos possam reconhecer sua identidade, seja pelo cabelo, pela cor da pele, pela condição financeira, pelo gênero, ou outras questões. Pois muitas vezes a discriminação começa pela própria pessoa vir pelo fato da pessoa não se aceitar. E o trabalho do CEPA tem como intuito valorizar a identidade e a individualidade de cada um, promovendo assim a inclusão e a igualdade (Coordenadora Delma, Diálogos Remotos: 23/03/22).

É inegável também que essas atividades educativas, além da inclusão, beneficia os educandos em aspectos importantes para o seu desenvolvimento e também para a valorização da autoestima dos mesmos para que possam sentir orgulho de si mesmos, possam se amar do jeito que são e, sobretudo, que respeitem a si mesmos e aos demais. Tais filosofias são utilizadas de base nos princípios educativos do CEPA.

Nós visamos promover atividades para que os alunos tenham orgulho de suas individualidades, e que sobretudo, respeitem a individualidade dos outros. Pois a inclusão começa com a compreensão e a partir disso vem o respeito. E a valorização das diferenças se faz presente em todas as atividades do CEPA, para que muitos se sintam representados (Coordenadora Delma, Diálogos Remotos: 23/03/22).

A partir da exposição de tais argumentações, pudemos perceber que o CEPA, através de seu viés formativo, contribui de forma significativa para inclusão de crianças e adolescentes participantes deste projeto social. Pois, através das ações educativas oferecidas pelo centro, é desenvolvido nos educandos, o estímulo à consciência de direitos básicos, além de possibilitar sentimento de acolhimento aos mesmos. Fazer com que a partir do acesso à cultura, conheçam e reconheçam as diferenças e individualidades. Por meio do desenvolvimento da compreensão de si e do próximo, o CEPA trabalha o respeito mútuo, e assim, é realizado o processo de inclusão social.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo visou apresentar a importância das práticas educativo-culturais do CEPA na efetivação dos processos de inclusão social e valorização identitária de crianças e adolescentes, visto as dificuldades de integralização desses jovens que se encontram em vulnerabilidade socioeconômica e enfrentam em seu cotidiano a discriminação.

Observamos através dos estudos realizados que as garantias de uma educação popular que busca elevar aspectos de inclusão, valorização e reconhecimento identitário são atendidas

pelo CEPA que, por meio de suas práticas, viabilizam esses processos de maneira significativa, buscando contribuir para a formação humana. Dessa forma, a proposta educativa do CEPA concebe uma educação que busca trabalhar os aspectos mencionados através de atividades que focam no resgate da autoestima e confiança dos indivíduos por meio da valorização de suas especificidades, além disso, promove entre outros elementos a inclusão social do indivíduo.

Portanto, compreendemos que as práticas educativas utilizadas pelo CEPA são fundamentais para a efetivação da valorização identitária como um instrumento de resistência e combate a discriminação e também para o acolhimento desses indivíduos que se encontram em condições vulneráveis e necessitam de suporte para efetivarem sua integralização social e autonomia, tornando-se assim sujeitos de direito.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade. **A busca por segurança no mundo atual**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Brasiliense, 2017.

GADOTTI, M. **Paulo Freire e a educação popular**. Imp. p. 21-27, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 9 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

LOURO, G. L. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 7-34.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na Trajetória de educação popular. **Revista Educação em Perspectiva**. V.2. N.2.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional, campo. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/32.pdf>

STRAUSS, Anselm. **Espelhos e Máscaras: A busca da identidade**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1999.

TRIVIÑOS, ANS. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atla, 1987.

ALANA BEATRIZ DO CARMO SANTOS

**EDUCAÇÃO POPULAR E PRÁTICAS EDUCATIVO-CULTURAIS PARA O  
RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO E INCLUSÃO SOCIAL DE CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura em  
Pedagogia do Campus Agreste da Universidade  
Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade  
de artigo científico, como requisito parcial para  
a obtenção do título de Licenciada em  
Pedagogia.

Aprovado em: 22/12/2023

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Maria Fernanda dos Santos Alencar (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Marcelo Henrique Goncalves de Miranda (Examinador interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Jaqueline Barbosa da Silva (Examinadora interna)  
Universidade Federal de Pernambuco